

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	13
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	44
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	45
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	46
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	47
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	45.845.987
Preferenciais	0
Total	45.845.987
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	546.841	520.508
1.01	Ativo Circulante	126.690	166.915
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	6.269	2.953
1.01.02	Aplicações Financeiras	88.915	91.357
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	88.915	91.357
1.01.02.01.03	Ativos Financeiros para Negociação	60.104	63.143
1.01.02.01.04	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	28.811	28.214
1.01.03	Contas a Receber	24.571	55.247
1.01.03.01	Clientes	20.817	51.400
1.01.03.01.01	Empréstimos e Recebíveis	20.817	51.400
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	3.754	3.847
1.01.03.02.01	Outros Ativos	3.754	3.847
1.01.06	Tributos a Recuperar	6.935	17.358
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	6.935	17.358
1.01.06.01.01	Créditos Tributários Correntes	6.935	17.358
1.02	Ativo Não Circulante	420.151	353.593
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	419.663	353.105
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	370.678	310.503
1.02.01.01.03	Ativos Financeiros para Negociação	174.053	165.197
1.02.01.01.04	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	196.625	145.306
1.02.01.03	Contas a Receber	37.342	28.170
1.02.01.03.01	Clientes	37.342	28.170
1.02.01.06	Tributos Diferidos	11.643	14.432
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	11.643	14.432
1.02.04	Intangível	488	488
1.02.04.01	Intangíveis	488	488
1.02.04.01.02	Outros Ativos Intangível	488	488

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	546.841	520.508
2.01	Passivo Circulante	167.339	176.342
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.379	15.054
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	5.379	15.054
2.01.03.01.02	Passivos Fiscais Correntes	5.379	15.054
2.01.05	Outras Obrigações	161.960	161.288
2.01.05.02	Outros	161.960	161.288
2.01.05.02.05	Outros Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado	119.796	121.261
2.01.05.02.06	Recursos de Emissão de Títulos	1.184	1.520
2.01.05.02.07	Obrigações por Aquisição de Recebíveis	17.941	17.347
2.01.05.02.08	Diversas	23.039	21.160
2.02	Passivo Não Circulante	166.052	137.104
2.02.02	Outras Obrigações	163.985	130.970
2.02.02.02	Outros	163.985	130.970
2.02.02.02.03	Passivos Financeiros para Negociação	310	224
2.02.02.02.04	Outros Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado	113.150	117.130
2.02.02.02.05	Recursos de Emissão de Títulos	10.976	11.409
2.02.02.02.06	Obrigações por Aquisição de Recebíveis	39.511	2.169
2.02.02.02.07	Diversas	38	38
2.02.03	Tributos Diferidos	2.067	6.134
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.067	6.134
2.02.03.01.01	Passivos Fiscais Diferidos	2.067	6.134
2.03	Patrimônio Líquido	213.450	207.062
2.03.01	Capital Social Realizado	100.229	100.229
2.03.02	Reservas de Capital	17.048	17.048
2.03.02.07	Reserva de Ágios por Subscrição de Ações	17.048	17.048
2.03.04	Reservas de Lucros	103.239	103.239
2.03.04.01	Reserva Legal	7.313	7.313
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	95.926	95.926
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	6.199	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-13.265	-13.454

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	345	546
3.01.01	Receita de Prestação de Serviços	345	546
3.03	Resultado Bruto	345	546
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-15.986	-12.771
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.319	-9.669
3.04.02.01	Despesa com Pessoal	-2.679	-4.131
3.04.02.02	Outras Despesas Administrativas	-2.231	-3.888
3.04.02.03	Despesas de Impostos	-1.409	-1.636
3.04.02.04	Depreciação e Amortização	0	-14
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-9.667	-3.102
3.04.04.02	Benefício Residual em Operações Securitizadas	1.304	764
3.04.04.03	Ganhos (perdas) com Ativos e Passivos Financeiros (líquidos)	-10.722	-5.086
3.04.04.05	Outras Receitas Operacionais	-249	1.220
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-15.641	-12.225
3.06	Resultado Financeiro	25.023	57.839
3.06.01	Receitas Financeiras	37.056	63.818
3.06.01.01	Receitas com Juros e Similares	37.056	63.818
3.06.02	Despesas Financeiras	-12.033	-5.979
3.06.02.01	Despesas com Juros e Similares	-11.995	-5.979
3.06.02.20	Resultado não operacional bruto	-38	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	9.382	45.614
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-3.183	-15.502
3.08.01	Corrente	-4.558	-7.230
3.08.02	Diferido	1.375	-8.272
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	6.199	30.112
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	6.199	30.112
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,13520	0,65681
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,13520	0,65681

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2014 à 31/03/2014	01/01/2013 à 31/03/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	6.199	30.112
4.02	Outros Resultados Abrangentes	189	0
4.02.01	Ajuste ao valor de mercado	286	0
4.02.02	Impostos diferidos	-97	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	6.388	30.112

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	8.761	1.126
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	6.521	30.129
6.01.01.01	Lucro Líquido (prejuízo) do exercício	6.199	30.112
6.01.01.02	Depreciação	0	14
6.01.01.04	Constituição de provisão para contingências	322	3
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	2.240	-29.003
6.01.02.01	Redução (aumento) de Empréstimos e Adiantamentos a Instituições Financeiras	0	-21.559
6.01.02.02	Redução (aumento) de Instrumentos de Dívida	-31.617	-49.998
6.01.02.03	Redução (aumento) de Recebíveis Imobiliários	-16.454	40.716
6.01.02.04	Redução (aumento) de Benefício Residual em Operações Securitizadas	563	-454
6.01.02.05	Redução (aumento) de Outros Empréstimos e Recebíveis	835	-262
6.01.02.06	Redução (aumento) de Créditos Tributários	13.115	6.876
6.01.02.07	Redução (aumento) de Outros Ativos	93	29
6.01.02.08	Redução (aumento) de Derivativos Ativos	10.637	0
6.01.02.09	Aumento (redução) de Derivativos Passivos	86	5.086
6.01.02.10	Aumento (redução) de Recursos de Emissão de Títulos	-769	-7.510
6.01.02.11	Aumento (redução) de Passivos Fiscais	-11.256	7.725
6.01.02.12	Aumento (redução) de Outras Obrigações	39.493	-1.138
6.01.02.13	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-2.486	-8.514
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	0	45
6.02.02	Alienação do Imobilizado	0	45
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-5.445	-2.008
6.03.01	Novas Obrigações por Empréstimos Líquido dos Pagamentos	-5.445	-2.008
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	3.316	-837
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.953	2.210
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	6.269	1.373

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	100.229	17.048	103.239	0	-13.454	207.062
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	100.229	17.048	103.239	0	-13.454	207.062
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	6.199	189	6.388
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.199	0	6.199
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	189	189
5.07	Saldos Finais	100.229	17.048	103.239	6.199	-13.265	213.450

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	100.229	17.048	77.863	0	0	195.140
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	100.229	17.048	77.863	0	0	195.140
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	30.112	0	30.112
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	30.112	0	30.112
5.07	Saldos Finais	100.229	17.048	77.863	30.112	0	225.252

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
7.01	Receitas	16.062	55.286
7.01.02	Outras Receitas	16.062	55.286
7.01.02.01	Receita Líquida com Juros	25.061	57.839
7.01.02.03	Benefício Residual em Operações Securitizadas	1.304	764
7.01.02.04	Receita de Prestação de Serviços	345	546
7.01.02.05	Perdas com Ativos e Passivos Financeiros (líquidos)	-10.722	-5.086
7.01.02.07	Outras Receitas Operacionais	74	1.223
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.437	-3.592
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.367	-2.174
7.02.04	Outros	-1.070	-1.418
7.02.04.01	Propaganda, Publicidade, Publicações	-113	-207
7.02.04.02	Serviços do Sistema Financeiro	-292	-612
7.02.04.03	Comunicações	-27	-90
7.02.04.04	Processamento de dados	-262	0
7.02.04.05	Outras	-376	-509
7.03	Valor Adicionado Bruto	13.625	51.694
7.04	Retenções	0	-14
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	0	-14
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	13.625	51.680
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	13.625	51.680
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	13.625	51.680
7.08.01	Pessoal	2.281	3.528
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.713	2.983
7.08.01.02	Benefícios	394	375
7.08.01.03	F.G.T.S.	174	170
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.989	17.741
7.08.02.01	Federais	4.713	17.566
7.08.02.02	Estaduais	0	7
7.08.02.03	Municipais	276	168
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	156	299
7.08.03.02	Aluguéis	156	228
7.08.03.03	Outras	0	71
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	6.199	30.112
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	6.199	30.112

Comentário do Desempenho



Uma Empresa do Grupo PAN

Relatório da Administração – 1T14

Brazilian Securities Cia de Securitização

Relatório da Administração – 1T14

5 de Maio de 2014

Comentário do Desempenho

Uma Empresa do Grupo PAN

Relatório da Administração – 1T14**SENHORES ACIONISTAS**

De acordo com os dispositivos legais e estatutários, submetemos à apreciação de V.Sas. as Informações Trimestrais relativas ao período encerrado em 31 de março de 2014, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes sobre as Informações Trimestrais.

CENÁRIO ATUAL

A Brazilian Securities Companhia de Securitização (“Brazilian Securities” ou “Companhia”) é uma empresa controlada indiretamente pelo Banco Panamericano S.A., que detém 100,00% de seu capital total. A empresa atua no segmento de securitização de créditos imobiliários, através de aquisição de créditos imobiliários para emissão de Certificado de Recebíveis Imobiliários (“CRI”).

A economia brasileira vem apresentando sinais moderados de crescimento e, neste sentido, o setor imobiliário também reviu suas expectativas de crescimento, embora uma retomada seja esperada no médio prazo, aumentando o número de lançamentos imobiliários, expansão de vendas e maior disponibilidade de crédito para o comprador de imóvel. Neste contexto, os mecanismos de captação de recursos para o mercado imobiliário (Fundos de Investimento Imobiliário, CRIs, etc) têm se tornado instrumentos cada vez mais importantes para o continuado crescimento do setor.

DESEMPENHO FINANCEIRO

A Companhia adquiriu durante o 1T14 R\$ 133.772 mil, sendo R\$ 57.389 mil de créditos imobiliários que lastrearam emissões de CRIs estruturados, e R\$ 76.383 mil de créditos imobiliários do mercado a serem utilizadas para lastrear novas emissões de CRIs pulverizados.

No 1T14, a Companhia emitiu CRIs totalizando o montante de R\$ 57.389 mil, comparados a R\$ 297.021 mil no 1T13.

O saldo de Recebíveis Imobiliários em 31 de março de 2014 totalizou R\$ 217.839 mil, comparado a R\$ 111.946 mil em 31 de março de 2013.

O volume de carteiras securitizadas sem coobrigação em 31 de março de 2014 totalizou R\$ 10.204.921 mil, comparado a R\$ 10.313.888 mil em 31 de dezembro de 2013 e comparado a R\$ 8.894.664 mil em 31 de março de 2013, sendo que os respectivos Certificados de Recebíveis Imobiliários montaram a R\$ 10.315.780 mil em 31 de março de 2014, comparados a R\$ 10.400.866 mil em 31 de dezembro de 2013 e comparados a R\$ 9.015.870 mil em 31 de março de 2013.

O volume de carteiras securitizadas com coobrigação em 31 de março de 2014 totalizou R\$ 9.341 mil, comparado a R\$ 10.069 mil em 31 de dezembro de 2013 e comparado a R\$ 12.795 mil em 31 de março de 2013, sendo que os respectivos Certificados de Recebíveis Imobiliários montaram a R\$ 12.160 mil em 31 de março de 2014, comparado a R\$ 12.969 mil em 31 de dezembro de 2013 e comparado com R\$ 15.960 mil em 31 de março de 2013 (série 95-96). Adicionalmente, a respectiva série possui aplicações financeiras suficientes para honrar seus compromissos.

Comentário do Desempenho

Uma Empresa do Grupo PAN

Relatório da Administração – 1T14

O saldo do Patrimônio Líquido em 31 de março de 2014 totalizou R\$ 213.450 mil, comparado a R\$ 207.062 mil em 31 de dezembro de 2013 e comparado a R\$ 207.062 mil em 31 de março de 2013.

A Demonstração do Resultado apresentou, no 1T14, um lucro líquido de R\$ 6.199 mil, comparado a um lucro líquido de R\$ 30.112 mil no 1T13.

AUDITORES INDEPENDENTES

As Informações Trimestrais e Demonstrações Financeiras da Companhia passaram a ser auditadas, a partir do 1º trimestre de 2011, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (“PWC”). De acordo com o teor da Instrução CVM nº 381, a Brazilian Securities no trimestre não contratou e nem teve serviços prestados pela PWC não relacionados à auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve evento subsequente passível de divulgação, no âmbito do CPC 24 - Evento subsequente.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo empenho e engajamento na gestão dos eventos recentes e aplicação das novas diretrizes, e aos nossos clientes, investidores e parceiros que nos honram com seu apoio e confiança.

São Paulo, 5 de Maio de 2014.

Notas Explicativas

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS informações trimestrais

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional e apresentação das informações trimestrais

a) Contexto operacional

A Brazilian Securities Companhia de Securitização, controlada direta da Brazilian Finance & Real Estate S.A. (BFRE) até 31/08/2013, em 18/09/2013, conforme Assembleia Geral Extraordinária, a Companhia passou a ser controlada direta da Ourinvest Real Estate Holding S.A., a qual recebeu a título de restituição do capital a referida participação societária, foi constituída em 10/04/2000, tendo como objetivo social a aquisição e securitização de créditos hipotecários e imobiliários, assim compreendida a compra, venda e prestação das respectivas garantias em créditos hipotecários e imobiliários; a emissão e colocação, no mercado financeiro, de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRIs, podendo emitir outros títulos de créditos; e a prestação de serviços e realização de outros negócios referentes a operações no mercado secundário de hipotecas e créditos imobiliários, de acordo com a Lei nº. 9.514/97. As atividades operacionais iniciaram-se efetivamente em 01/12/2000.

Quando da emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRIs pela Companhia, tendo como lastro recebíveis imobiliários vinculados ao regime fiduciário, tais recebíveis ficam excluídos do patrimônio líquido comum da Companhia, passando a constituir direitos patrimoniais em separado, com o objetivo específico de responder pela realização financeira dos direitos dos titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRIs. Entretanto, para algumas das suas emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRIs, a Companhia responde por eventual insuficiência de recursos para liquidação financeira dos mesmos (em 31/03/2014 e 31/12/2013, somente as Séries 95 e 96, descritas na nota 5).

As atividades empresariais são suportadas por uma estrutura corporativa única que provê, de forma integrada, toda a base tecnológica, o processamento e os controles operacional, comercial, administrativo, financeiro e legal necessários à realização das suas diversas atividades no ramo imobiliário.

Em 19/07/2012, os acionistas da Companhia ("BFRE"), controladora direta da Brazilian Securities até 31/08/2013, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram a cisão parcial da BFRE com a incorporação da parcela cindida pela BPMB IV Participações S.A. ("BPMB IV"), por meio da qual foi cindido da BFRE e vertido para a BPMB IV o investimento detido na Brazilian Capital Companhia de Gestão de Investimentos ("Brazilian Capital"). Adicionalmente, também na mesma data e após a cisão descrita acima, foram concluídas: (i) a aquisição indireta, pelo Banco PAN, de 100% do capital social da BFRE, e consequentemente dos ativos de origem, financiamento e securitização desenvolvidos pelas controladas da BFRE, quais sejam: BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda., Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária e Brazilian Securities Companhia de Securitização; e (ii) a aquisição indireta, pelo BTG Pactual, de 100% do capital social da Brazilian Capital, a qual desenvolve atividades de gestão de investimentos em ativos imobiliários e que também atua como gestora e/ou consultora de investimentos para fundos de investimento imobiliário ou em participação.

b) Apresentação das informações trimestrais

As informações trimestrais foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As informações trimestrais, referentes ao trimestre findo em 31/03/2014, foram aprovadas pelo Conselho de Administração e Diretoria em 05/05/2014.

Notas Explicativas

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS informações trimestrais

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

2. Práticas contábeis e critérios de apuração

As informações trimestrais foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. Os ativos e passivos financeiros para negociação (inclusive instrumentos derivativos), e os outros passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, são reconhecidos pelo seu valor justo contra o resultado do período. Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao valor justo contra patrimônio líquido, na rubrica ajuste de avaliação patrimonial.

A elaboração das informações trimestrais exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas que afetam os montantes dos ativos e passivos apresentados, a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das informações trimestrais, bem como os montantes de receitas e despesas reportados para o período do relatório. O uso de estimativas se estende às provisões necessárias para passivos contingentes, provisões para créditos de liquidação duvidosa, valor justo, mensuração de valor recuperável de ativos, reconhecimento e avaliação de impostos diferidos. Os resultados efetivos podem variar em relação às estimativas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as informações trimestrais, estão divulgadas na nota 2.p.

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração das informações trimestrais foram basicamente os seguintes:

a) Transações em moeda estrangeira

As informações trimestrais estão apresentadas na moeda do ambiente econômico primário na qual a entidade opera (moeda funcional). Os ativos e passivos que são itens monetários são convertidos por taxas de câmbio à vista no final do trimestre.

b) Definições e classificação dos instrumentos financeiros

i. Definições

"Instrumento financeiro" é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e simultaneamente a um passivo financeiro ou instrumento de patrimônio para outra entidade.

"Instrumentos de patrimônio" é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

"Derivativo" é qualquer instrumento financeiro com vencimento em data futura cujo valor justo se modifica em resposta às mudanças de uma ou mais variáveis de mercado (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou "rating" de crédito), no qual não haja investimento inicial ou que este seja inexpressivo em comparação ao investimento inicial que seria efetuado em outros instrumentos financeiros não derivativos que respondam de forma similar às mudanças nas mesmas variáveis de mercado destacadas acima.

ii. Data de reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que a Companhia se torna uma parte interessada na relação contratual do instrumento.

iii. Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende de suas características e do propósito e finalidade pelos quais os instrumentos financeiros foram adquiridos pela Companhia. Todos os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado.

iv. Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Ativos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo por meio do resultado): essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos com o propósito de geração de resultado no curto prazo decorrente de sua negociação, e derivativos não designados como instrumentos de cobertura em estruturas de cobertura contábil (*hedge accounting*).

- Outros ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: essa categoria inclui os ativos financeiros híbridos não mantidos para negociação e mensurados, em sua totalidade, ao valor justo. Os ativos financeiros também são classificados nessa categoria com o propósito de fornecimento de informações mais relevantes aos usuários das informações trimestrais, seja por eliminar ou reduzir significativamente as inconsistências de reconhecimento ou mensuração ("divergências contábeis") derivadas da mensuração de ativos ou passivos e reconhecimento de resultado em bases diversas, seja porque há um grupo de ativos financeiros ou passivos financeiros (ou ambos) que é gerido e cujo desempenho é avaliado com base no seu valor justo (de acordo com uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento).

Notas Explicativas

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS informações trimestrais

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

• Ativos financeiros disponíveis para venda: essa categoria inclui os ativos financeiros não classificados como "Investimentos mantidos até o vencimento", "Empréstimos e recebíveis" ou "Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio resultado" e os instrumentos de patrimônio emitidos por outras entidades que não são subsidiárias, coligadas e entidades controladas em conjunto. São demonstrados ao valor justo com as alterações no valor justo reconhecidas em componente destacado de "ajuste de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido, líquido de efeitos tributários, com exceção de eventuais perdas por redução do valor recuperável e juros destes ativos os quais são reconhecidas no resultado. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de perda por redução do valor recuperável, o resultado anteriormente acumulado na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.

• Empréstimos e recebíveis: essa categoria inclui empréstimos, financiamentos e outros recebíveis com ou sem característica de concessão de créditos, com base em sua natureza, independentemente do tipo de tomador e da forma de concessão de crédito. A característica preponderante do grupo de empréstimos e recebíveis é a não existência de mercado ativo, sendo estes mensurados pelo custo amortizado, deduzidos por eventual redução no valor recuperável, sendo as receitas deste grupo reconhecidas em base de rendimento efetivo por meio da utilização da taxa efetiva de juros.

• Investimentos mantidos até o vencimento: essa categoria inclui os instrumentos de dívida, com vencimento fixo e pagamentos fixos ou determináveis, para os quais a Companhia tem intenção e capacidade comprovada de mantê-los até o vencimento. Estes investimentos são mensurados ao custo amortizado menos perda por não recuperação, com receita reconhecida em base de rendimento efetivo. Em 31/03/2014, a Companhia não possui ativos financeiros classificados nessa categoria.

v. Classificação dos ativos financeiros para fins de apresentação

Os ativos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

- "Caixa e equivalente de caixa": saldos de caixa e de depósitos à vista.
- "Instrumentos de dívida": títulos que representam dívida para o emissor, rendem juros e foram emitidos de forma física ou escritural.
- "Instrumentos de patrimônio": instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações e quotas de fundos de investimento imobiliário, com natureza de instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, em entidades ou fundos controlados ou coligados.
- "Recebíveis imobiliários": inclui carteiras de financiamentos imobiliários e recebíveis de aluguéis adquiridas, que serão utilizadas como lastro para futuras emissões de certificados de recebíveis imobiliários.

• "Derivativos": inclui o valor justo em favor da Companhia dos derivativos que não foram designados como instrumento de cobertura em estruturas de cobertura contábil dos instrumentos de *hedge* (*hedge accounting*).

• "Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras": créditos de qualquer natureza, inclusive em operações realizadas no mercado aberto, em nome de instituições financeiras e outras entidades cujo funcionamento seja condicionado à autorização do Banco Central do Brasil.

• "Benefício residual em operações securitizadas": corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora, no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários.

• "Outros empréstimos e recebíveis" e "Outros ativos": referem-se basicamente aos saldos a receber junto a "Clientes" e entidades não consideradas como "Instituições financeiras".

A composição dos ativos financeiros é a seguinte:

	31/03/2014	31/12/2013
Aplicações financeiras ao valor justo		
Ativos financeiros para negociação		
Recebíveis imobiliários (nota 5)	217.839	201.385
Derivativos (nota 9)	16.318	26.955
Total	234.157	228.340
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Instrumentos de dívida (nota 4)	225.436	173.520
Total	225.436	173.520
Clientes		
Empréstimos e recebíveis		
Instrumentos de dívida (nota 4)	43.806	63.819
Outros empréstimos e recebíveis (nota 6)	1.758	2.593
Benefício residual em operações securitizadas (nota 27.f - III)	12.595	13.158
Total	58.159	79.570

Notas Explicativas

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS informações trimestrais

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

vi. Classificação dos passivos financeiros para fins de mensuração

- Passivos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo por meio do resultado): essa categoria inclui os derivativos não designados como instrumentos de cobertura em estruturas de cobertura contábil (*hedge accounting*).
- Outros passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: essa categoria inclui os passivos financeiros híbridos não classificados como "para negociação" e mensurados, em sua totalidade, ao valor justo. Os passivos financeiros também são classificados nessa categoria com o propósito de fornecimento de informações mais relevantes aos usuários das informações trimestrais, seja por eliminar ou reduzir significativamente as inconsistências de reconhecimento ou mensuração ("divergências contábeis") derivadas da mensuração de ativos ou passivos e reconhecimento de resultado em bases diversas, seja porque há um grupo de ativos financeiros ou passivos financeiros (ou ambos) que é gerido e cujo desempenho é avaliado com base no seu valor justo (de acordo com uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento).
- Passivo financeiro ao custo amortizado: passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento, não incluídos em nenhuma das categorias anteriores e resultantes de atividades de captação de recursos realizadas pela Companhia.

vii. Classificação dos passivos financeiros para fins de apresentação

Os passivos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

- "Derivativos": inclui o valor justo passivo da Companhia, dos derivativos que não foram designados como instrumento de cobertura em estruturas de cobertura contábil dos instrumentos de *hedge* (*hedge accounting*).
- "Obrigações por títulos e valores mobiliários": inclui o valor de dívidas representadas por títulos negociáveis, exceto passivos subordinados.
- "Obrigações por empréstimos no País e no exterior": inclui a captação de recursos junto a banqueiros no País e no exterior.

A composição dos passivos financeiros é a seguinte:

Notas Explicativas

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS informações trimestrais

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	31/03/2014	31/12/2013
Outros		
Passivos financeiros para negociação - Derivativos (nota 9)	310	224
Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado - Obrigações de empréstimos no exterior (nota 11)	232.946	238.391
Passivos financeiros ao custo amortizado - Recursos de emissão de títulos (nota 10)	12.160	12.929
Outras obrigações (nota 14)	80.529	40.714
Total	325.945	292.258

c) Mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo

Em geral, os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado são ajustados pelos custos de transação. Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada período, da seguinte forma:

i. Mensuração dos ativos financeiros

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, sem dedução de custos estimados de transação que seriam eventualmente incorridos quando de sua alienação, exceto aqueles mantidos até o vencimento, instrumentos de patrimônio, cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva e derivativos financeiros que tenham como objeto instrumentos de patrimônio dessa espécie e que sejam liquidados mediante a entrega desses instrumentos.

O "valor justo" de um instrumento financeiro em uma determinada data é interpretado como o valor pelo qual ele poderia ser comprado ou vendido naquela data por duas partes bem informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo ("preço cotado" ou "preço de mercado").

Caso não exista preço de mercado para um determinado instrumento financeiro, seu valor justo é estimado com base nas técnicas de avaliação normalmente adotadas pela comunidade financeira, levando-se em conta as características específicas do instrumento a ser mensurado e sobretudo as diversas espécies de riscos associados a ele.

Os derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial ao valor justo desde a data do negócio. Quando o valor justo é positivo, são reconhecidos como ativos; quando negativo, como passivos. O valor justo na data do negócio equivale ao preço de transação. As mudanças do valor justo dos derivativos desde a data do negócio são reconhecidas na rubrica "Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros" na demonstração do resultado.

Os "Empréstimos e recebíveis" são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método dos juros efetivos. O "custo amortizado" é considerado equivalente ao custo de aquisição de um ativo ou passivo financeiro, adicionados ou subtraídos, conforme o caso, os pagamentos do principal e a amortização acumulada (incluída na demonstração do resultado) da diferença entre o custo inicial e o valor no vencimento. No caso dos ativos financeiros, o custo amortizado inclui, além disso, as eventuais reduções por não-recuperação ou impossibilidade de cobrança. No caso dos empréstimos e recebíveis objeto de *hedge* em *hedges* de valor justo, são reconhecidas as alterações do valor justo desses ativos relacionadas ao risco objeto dos *hedges*.

A "taxa de juros efetiva" é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

Os valores pelos quais os ativos financeiros são reconhecidos representam, sob todos os aspectos relevantes, a exposição máxima da Companhia ao risco de crédito na data das informações trimestrais.

ii. Mensuração dos passivos financeiros

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, conforme definido anteriormente, exceto os incluídos nas rubricas "Passivos financeiros para negociação" e "Outros passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado", os quais são reconhecidos por seu valor justo.

iii. Técnicas de avaliação

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros nos períodos findos em 31/03/2014 e 31/12/2013, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pela Companhia para apurar seu valor justo:

Notas Explicativas

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS informações trimestrais

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	31/3/2014	31/12/2013
	Nível II ^(a)	Nível II ^(a)
Ativos financeiros para negociação	234.157	228.340
Ativos financeiros disponíveis para venda	225.436	173.520
Passivos financeiros para negociação	310	224
<u>Outros passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado</u>	232.946	238.391

(a) Nível II - Modelos Internos

Os métodos adotados pela Companhia para a apuração do valor justo dos instrumentos financeiros seguem três diferentes níveis, conforme demonstrado abaixo:

- Nível I: A Companhia utiliza como referência cotações públicas e preços disponíveis em mercado ativo. Em 31/03/2014 e de 31/12/2013, não havia instrumentos financeiros enquadrados nesse Nível.

- Nível II: Na ausência de cotações públicas, a Administração, através de modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Para tanto, utiliza dados baseados em parâmetros de mercado observáveis (preços cotados em mercados não ativos ou por instrumentos similares). Estão incluídos nesse nível, principalmente, investimentos em certificados de recebíveis imobiliários, operações de recebíveis imobiliários, obrigações de empréstimos no exterior, e operações de *swap* (derivativos) e respectivo objeto de *hedge*. Os ativos financeiros e respectivos critérios de avaliação estão apresentados na tabela que segue.

- Nível III: Caso também não existam disponíveis dados baseados em parâmetros de mercado observáveis, a Administração se utiliza de informações e modelos internos para a apuração do melhor valor justo dos ativos e passivos financeiros. Em 31/03/2014 e 31/12/2013, não havia instrumentos financeiros enquadrados nesse Nível.

A seguir, os instrumentos financeiros apresentados ao valor justo cuja mensuração foi baseada em modelos internos (Nível II) em 31/03/2014:

	Valores ^(a)	Técnicas de avaliação
ATIVO		
Ativos financeiros para negociação		
Recebíveis imobiliários	217.839	Método do valor presente
Derivativos	16.318	Método do valor presente
Total	234.157	
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Instrumentos de dívida	225.436	Método do valor presente
Total	225.436	
PASSIVO		
Outros passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		
Obrigações de empréstimos no exterior	232.946	Método do valor presente
Derivativos	310	Método do valor presente
Total	233.256	

(a) Valores justos calculados utilizando-se modelos internos

Principais premissas:

Instrumentos de dívida	Operações recentes efetuadas (características e riscos similares).
Recebíveis imobiliários	Operações recentes efetuadas (características e riscos similares).
Derivativos	Operação de "swap" onde a posição na curva é calculada a partir da valorização do valor notional de acordo com as condições estabelecidas com a contra parte, e a posição MTM é calculada levando o fluxo de pagamento ao valor futuro pela condição contratada, e trazendo ao valor presente utilizando as curvas de Cupom, CDI e DI x IGPM divulgadas pela BM&FBovespa.
Obrigações de empréstimos no exterior	Operação de empréstimo onde a posição a valor justo é calculada a partir da valorização do principal em dólar até o vencimento, de acordo com as condições estabelecidas em contrato, trazida ao valor presente pelas condições de mercado e convertida em Reais pelo PTAX de venda.

Notas Explicativas

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS informações trimestrais

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

iv. Reconhecimento de variações do valor justo

Como regra geral, variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros para negociação, são reconhecidas na demonstração do resultado, em suas respectivas contas de origem.

v. Operações de hedge

A Brazilian Securities utiliza derivativos financeiros para os seguintes fins: (i) *hedge* econômico cambial para proteção contra oscilações na cotação do dólar (passivo com o BID) e (ii) *hedge* econômico para operações securitizadas.

d) Baixa de ativos e passivos financeiros

O tratamento contábil de transferências de ativos financeiros depende da extensão em que os riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos são transferidos a terceiros:

i. Se a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios a terceiros - venda incondicional de ativos financeiros, venda de ativos financeiros com base em um contrato que prevê a sua recompra pelo valor justo na data da recompra, securitização de ativos na qual a Companhia não retém uma dívida subordinada ou concede uma melhoria de crédito aos novos titulares, e outras hipóteses similares - o ativo financeiro transferido é baixado e quaisquer direitos ou obrigações retidos ou criados na transferência são reconhecidos simultaneamente.

ii. Se a Companhia retém substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao ativo financeiro transferido - venda de ativos financeiros com base em um contrato que prevê a sua recompra a um preço fixo ou ao preço de venda mais juros, um contrato de empréstimo de títulos no qual o tomador se compromete a devolver os mesmos ativos ou ativos similares, e outras hipóteses similares - o ativo financeiro transferido não é baixado e continua a ser mensurado pelos mesmos critérios utilizados antes da transferência. Contudo, os seguintes itens são reconhecidos:

a. Um passivo financeiro correspondente, por um valor igual à contraprestação recebida; esse passivo é mensurado subsequentemente pelo custo amortizado.

b. A receita do ativo financeiro transferido não baixado e qualquer despesa incorrida com o novo passivo financeiro.

iii. Se a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao ativo financeiro transferido - venda de ativos financeiros com uma opção de compra comprada ou uma opção de venda lançada que não esteja significativamente fora do preço, securitização de ativos na qual o cedente retenha uma dívida subordinada ou outro tipo de melhoria de crédito em relação a uma parcela do ativo transferido, e outras hipóteses similares - é feita a seguinte distinção:

a. Se a Companhia não retém o controle do ativo financeiro transferido, o ativo é baixado e quaisquer direitos ou obrigações retidos ou criados na transferência são reconhecidos.

b. Se a Companhia retém o controle, ele continua a reconhecer o ativo financeiro transferido por um valor equivalente à sua exposição a variações de valor e reconhece um passivo financeiro associado ao ativo financeiro transferido. O valor contábil líquido do ativo transferido e do respectivo passivo é o custo amortizado dos direitos e das obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado ao custo amortizado, ou o valor justo dos direitos e das obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado ao valor justo.

Desse modo, ativos financeiros somente são baixados quando os direitos sobre os fluxos de caixa que geram tiverem sido extintos ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes tiverem sido transferidos a terceiros. Similarmente, passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações que gerarem tiverem sido extintas ou quando forem adquiridos com a intenção de serem cancelados ou revendidos.

Os recebíveis imobiliários, lastros de operações de securitização sem cláusula de coobrigação, foram objeto de baixa quando da emissão de seus respectivos Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRIs. Eventuais benefícios residuais são reconhecidos de acordo com seus períodos de competência, estando registrados na rubrica "Benefício residual em operações securitizadas", no ativo não circulante, líquido de eventuais provisões para garantias.

e) Ativos financeiros não recuperáveis

i. Definição

Um ativo financeiro é considerado não recuperável e, portanto, seu valor contábil é ajustado para refletir o efeito da não-recuperação, quando há evidência objetiva da ocorrência de eventos que:

- No caso de instrumentos de dívida, ocasionem um impacto adverso sobre os fluxos de caixa futuros estimados na data da transação.
- No caso de instrumentos de patrimônio, signifiquem que seu valor contábil não pode ser integralmente recuperado.

Notas Explicativas

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS informações trimestrais

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Como regra geral, o valor contábil de instrumentos financeiros não recuperáveis é ajustado com uma despesa à demonstração do resultado referente ao período em que a não-recuperação se tornar evidente, e a reversão, se houver, de perdas por não-recuperação previamente registradas é reconhecida na demonstração do resultado referente ao período em que a não-recuperação for revertida ou reduzida.

Quando a recuperação de qualquer valor reconhecido é considerada improvável, o valor é baixado, sem prejuízo de quaisquer ações que possam ser tomadas pelas entidades para efetuar a cobrança até que seus direitos contratuais sejam extintos.

A Companhia efetua a análise sobre a recuperação dos valores registrados como ativos financeiros, a fim de que sejam registradas as perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Como resultado dessa análise, a Companhia apurou que os referidos ativos não estão registrados por montantes superiores aos valores prováveis de recuperação, fato pelo qual não houve a necessidade de efetuar eventuais ajustes.

ii. Empréstimos e recebíveis registrados ao custo amortizado

O valor de uma perda por não-recuperação incorrida sobre empréstimos e recebíveis mensurados ao custo amortizado é igual à diferença entre seu valor contábil e o valor presente de seus fluxos de caixa futuros estimados e é apresentado como uma redução do saldo do ativo ajustado.

Ao estimar os fluxos de caixa futuros, os seguintes fatores são levados em conta:

- Todos os valores que se espera obter ao longo da vida remanescente do ativo, incluindo, conforme o caso, aqueles que possam resultar da garantia prestada para o instrumento (menos os custos de obtenção e posterior venda da garantia). A perda por não-recuperação leva em conta a probabilidade de cobrança de juros provisionados a receber.
- Os vários tipos de riscos a que cada ativo está sujeito.
- As circunstâncias em que previsivelmente as cobranças serão efetuadas.

Especificamente em relação a perdas por não-recuperação decorrentes da materialização do risco de insolvência das contrapartes (risco de crédito), um ativo torna-se não recuperável quando há evidência de deterioração da capacidade de pagamento da contraparte, seja por estar em mora ou por outros motivos.

Em relação as operações de recebíveis imobiliários, referidos contratos possuem cláusula de alienação fiduciária do imóvel objeto. A Administração da Companhia entende que essa garantia é suficiente para cobertura de eventuais perdas prováveis decorrentes da inadimplência dos mutuários, não sendo, portanto, necessária a constituição de qualquer provisão complementar.

iii. Instrumentos de patrimônio mensurados ao custo de aquisição

A perda por não-recuperação de instrumentos de patrimônio mensurados ao custo de aquisição corresponde à diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados descontados pela taxa de retorno do mercado para títulos similares.

Perdas por não-recuperação são reconhecidas na demonstração do resultado referentes ao período em que se originarem, como uma redução direta do custo do instrumento. Essas perdas somente podem ser revertidas posteriormente se os respectivos ativos forem vendidos.

f) Operações compromissadas

Compras de ativos financeiros com base em um contrato de revenda não opcional a preço fixo são reconhecidas no balanço patrimonial como financiamento concedido, com base na natureza do devedor, sob a rubrica "Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras".

Diferenças entre os preços de compra e de venda são reconhecidas como juros ao longo do prazo do contrato.

g) Imobilizado

Imobilizado inclui o valor de instalações; móveis e equipamentos; equipamentos de informática; e demais utensílios de propriedade da entidade, sendo apresentado pelo custo de aquisição menos a respectiva depreciação acumulada e eventuais perdas por não-recuperação.

A depreciação é calculada pelo método linear e reconhecida na demonstração do resultado, utilizando-se, basicamente, as seguintes taxas de depreciação (com base na média de anos de vida útil estimada dos diferentes ativos):

	Taxa anual
Instalações	10%
Móveis e equipamentos	10%
Equipamentos de informática	20%
Demais utensílios	10%

h) Ativo intangível

Notas Explicativas

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS informações trimestrais

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

O ativo intangível representa ativos não monetários identificáveis (separáveis de outros ativos) sem substância física que resultam de uma operação legal ou que sejam desenvolvidos internamente pelas entidades consolidadas. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais as entidades consolidadas considerem provável que benefícios econômicos futuros serão gerados.

Ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e são subsequentemente mensurados ao custo de aquisição menos qualquer amortização acumulada e quaisquer perdas por não-recuperação acumuladas.

Ativos intangíveis podem ter uma vida útil indefinida, quando, com base em uma análise de todos os fatores relevantes, for concluído que não há limite previsível para o período ao longo do qual se espera que o ativo gere entradas de caixa para as entidades consolidadas, ou uma vida útil finita, em todos os outros casos.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados; em vez disso, ao final de cada período apresentado, as entidades consolidadas revisam as vidas úteis remanescentes dos ativos a fim de determinar se continuam sendo indefinidas e, se esse não for o caso, tomar as medidas adequadas.

Ativos intangíveis com vida útil finita são amortizados ao longo dessa vida útil utilizando-se métodos similares aos utilizados para depreciar ativos imobilizados.

O intangível inclui:

- *Softwares* em fase de desenvolvimento. Corresponde ao sistema de gestão de produtos financeiros.

i) Provisões e ativos e passivos contingentes

A Administração, ao elaborar suas informações trimestrais, efetua distinção entre:

- Provisões: saldos credores que cobrem obrigações presentes (legais ou presumidas) na data do balanço patrimonial decorrentes de eventos passados que poderiam dar origem a uma perda ou desembolso para a entidade cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, mas cujo valor e/ou época sejam incertos.
- Passivos contingentes: possíveis obrigações que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não-ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle da entidade. Incluem as obrigações presentes da entidade, caso não seja provável que uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos será necessária para a sua liquidação.
- Ativos contingentes: ativos originados em eventos passados e cuja existência dependa, e somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não-ocorrência, de eventos além do controle da Companhia. Não são reconhecidos no balanço patrimonial ou na demonstração do resultado, mas sim divulgados nas notas explicativas, exceto quando seja provável que esses ativos venham a dar origem a um aumento em recursos que incorporem benefícios econômicos.

As informações trimestrais da Companhia incluem todas as provisões substanciais em relação às quais se considere que seja grande a possibilidade de que a obrigação tenha de ser liquidada (perda provável). De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes (perda possível) não devem ser reconhecidos nas informações trimestrais, mas sim divulgados nas notas explicativas.

Adicionalmente, a Companhia constitui provisões para pagamento de honorários da diretoria e participações dos funcionários nos lucros, por se tratarem de obrigações construtivas, no âmbito do CPC 33 - Benefícios a Empregados.

Notas Explicativas

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS informações trimestrais

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

j) Reconhecimento de receitas e despesas

As receitas e despesas são apropriadas ao resultado segundo regime contábil de competência.

As receitas de prestação de serviços são reconhecidas somente quando o desfecho das transações podem ser confiavelmente estimados, na proporção dos serviços prestados até a data das informações trimestrais.

Receitas e despesas de juros para todos os instrumentos financeiros com incidência de juros, exceto daqueles mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado, são reconhecidos dentro de "receitas de juros e similares" e "despesas de juros e similares" na demonstração do resultado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Método da taxa efetiva de juros é o método utilizado para calcular o custo amortizado de ativo ou de passivo financeiro e de alocar a receita ou a despesa de juros no período relevante. A taxa efetiva de juros é a taxa de desconto que é aplicada sobre os pagamentos ou recebimentos futuros sendo estimado ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro ou, apropriado por um período mais curto, que resulta no valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. Ao calcular a taxa efetiva de juros, a Companhia estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuras.

k) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda, quando aplicável, é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor. Foram constituídos créditos tributários decorrentes das diferenças temporárias.

De acordo com a Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na aplicação do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 36 e 37 da referida Medida Provisória, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição - RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31/12/2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção da Lei nº 11.638/07 estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados, às alíquotas vigentes, sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das informações trimestrais.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Notas Explicativas

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS informações trimestrais

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

l) Demonstração dos fluxos de caixa

Os termos a seguir são usados na demonstração dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

- Fluxos de caixa: fluxos de entrada e saída de caixa e equivalentes de caixa, que são aplicações financeiras de alta liquidez sujeitas a um risco insignificante de mudanças no valor.
- Atividades operacionais: principais atividades geradoras de receita da Companhia e outras atividades que não são atividades de financiamento ou de investimento.
- Atividades de investimento: aquisição e venda de realizável a longo prazo e outros investimentos não incluídos em caixa e equivalentes de caixa.
- Atividades de financiamento: atividades que resultam em mudanças no montante e na composição do patrimônio líquido e do passivo que não são atividades operacionais e nem de investimento.

Ao preparar a demonstração dos fluxos de caixa, as aplicações financeiras de alta liquidez que estão sujeitas a um risco insignificante de mudanças no valor, foram classificadas como "Caixa e equivalentes de caixa".

m) Honorários da Diretoria e participação de empregados no lucro

Os honorários da Diretoria e participação de empregados nos lucros são provisionados ao longo de cada período, e são aprovados anualmente pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, respectivamente, e sua provisão é efetuada em função de se constituírem obrigações construtivas, no âmbito do CPC 33 - Benefícios a Empregados.

n) Lucro líquido por ação

O lucro líquido por ação é apurado mediante divisão do resultado líquido da Companhia pela quantidade média de ações existentes ao longo do período. Não existe diferença entre o lucro líquido por ação básico e o diluído.

o) Apresentação das informações por segmentos

A Companhia atua única e exclusivamente no segmento de securitização de recebíveis imobiliários, motivo pelo qual não se aplica a apresentação das informações de segmentação requeridas pelo CPC 22.

Notas Explicativas

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS informações trimestrais

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

p) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia efetua estimativas e julgamentos contábeis, com base em premissas, que podem, no futuro, não ser exatamente iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e julgamentos que, na opinião da Administração, podem ser consideradas mais relevantes, e podem sofrer variação no futuro, acarretando em eventuais impactos em ativos e passivos da Companhia, estão descritas a seguir:

i) Valor justo dos instrumentos financeiros: O valor justo dos instrumentos financeiros que não possuem suas cotações disponíveis ao mercado, por exemplo, por Bolsa de Valores, são mensurados mediante a utilização de técnicas de avaliação, sendo considerados métodos e premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado e, também, nas informações disponíveis, na data das informações trimestrais. As políticas contábeis descritas nas notas 2.b e 2.c apresentam, respectivamente, informações detalhadas sobre "definição e classificação dos instrumentos financeiros" e "mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo".

ii) Constituição de créditos tributários: De acordo com as informações divulgadas na nota 2.k, a Companhia reconhece impostos diferidos sobre diferenças temporárias e, também, sobre saldos de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social. Referido reconhecimento ocorre somente na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação desses créditos tributários. Para tanto, a Companhia utiliza projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos. A nota 12 apresenta informações detalhadas sobre impostos diferidos, bem como a expectativa de prazo para suas realizações.

iii) Baixa de ativos financeiros: de acordo com a informação divulgada na nota 2.d, os recebíveis imobiliários, lastros de operações securitizadas sem cláusula de coobrigação, são baixados quando da emissão dos respectivos CRIs e os eventuais benefícios residuais são reconhecidos de acordo com o período de competência. A nota 27.f apresenta informações detalhadas por série de CRIs.

q) Novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos existentes

q.1) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em 31/03/2014

- Alteração do IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações – Em 31/12/2011 foi emitida nova alteração do pronunciamento requerendo divulgações adicionais sobre o processo de offsetting. Esta alteração não gerou impactos relevantes nas informações trimestrais.

- Alteração do IAS 19 – Benefícios aos Empregados: Essa alteração exclui a alternativa do uso do método do "corredor", requer que os ganhos e perdas atuariais sejam lançados em Outros Resultados Abrangentes Acumulados e determina que o custo de juros para o exercício seguinte seja apurado sobre o valor reconhecido no ativo ou passivo. Esta alteração não gerou impactos relevantes nas informações trimestrais.

- IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas – O pronunciamento altera o princípio atual, identificando o conceito de controle como fator determinante para uma entidade ser consolidada. A adoção desse pronunciamento não gerou impactos relevantes nas informações trimestrais.

- IFRS 11 – Negócios em Conjunto – O pronunciamento fornece uma abordagem diferente para análises de "Joint Arrangements" com foco maior nos direitos e obrigações dos acordos, do que nas formas legais. O IFRS 11 divide os "Joint Arrangements" em duas formas: "Joint Operation" e "Joint Ventures", de acordo com os direitos e as obrigações das partes. Para investimentos em "Joint Ventures", a consolidação proporcional não é mais permitida. A adoção desse pronunciamento não gerou impactos relevantes nas informações trimestrais.

- IFRS 12 – Divulgação de Participações em Outras Entidades – O pronunciamento inclui novas exigências de divulgação de todas as formas de investimento em outras entidades, tal como "Joint Arrangements", associações e sociedades de propósitos específicos. A adoção desse pronunciamento não gerou impactos relevantes nas informações trimestrais.

Notas Explicativas

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS informações trimestrais

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

- IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo – O pronunciamento tem como objetivo um maior alinhamento entre IFRS e USGAAP, aumentando a consistência e diminuindo a complexidade das divulgações, utilizando definições precisas de valor justo. A adoção desse pronunciamento não gerou impactos relevantes nas informações trimestrais.

Ciclo Anual de Melhorias (2009-2011) – Anualmente o IASB faz pequenas alterações em uma série de pronunciamentos, com objetivo de esclarecer as normas atuais e evitar dupla interpretação. Nesse ciclo foram revisados o IFRS 1 – Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS's), IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras, IAS 16 – Imobilizado, IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação e IAS 34 – Relatório Financeiro Intermediário. Estas alterações não geraram impactos relevantes nas informações trimestrais.

q.2) Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para fins da IFRS em períodos após a data destas demonstrações financeiras:

- Alteração do IAS 32 – “Instrumentos Financeiros - Apresentação” – essa alteração foi emitida para esclarecer os requerimentos de “offsetting” de instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial. Essa alteração é efetiva para exercícios iniciados em 01/01/2014. Estão sendo analisados os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração.

- IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros” – as principais mudanças da IFRS 9 em relação à IAS 39 são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros, que estão atualmente no escopo da IAS 39, em duas classificações: custo amortizado e valor justo; (iii) as categorias de disponíveis para a venda e mantidos até o vencimento da IAS 39 foram eliminadas; e (iv) o conceito de derivativos embutidos da IAS 39 foi extinto pelos conceitos desta nova IFRS. Não é efetivo até 01/01/2015, e o IASB permite sua adoção antecipada.

- IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos – Essa alteração introduz requerimentos de divulgações da mensuração dos valores recuperáveis dos ativos, em decorrência da emissão do IFRS 13. Efetiva a partir de 01/01/2014 e, sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os impactos identificados estão relacionados à divulgação do valor recuperável e da metodologia de mensuração e não gerarão impactos relevantes nas informações trimestrais consolidadas.

- IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração – Esta alteração permite a continuação de Hedge Accounting, mesmo que um derivativo seja novado (transferido) para uma Clearing, dentro de certas condições. Efetiva a partir de 01/01/2014. Os possíveis impactos dessas alterações estão sendo avaliados.

- Entidades para Investimento: Alterações no IFRS 10 – “Demonstrações Financeiras Consolidadas”, IFRS 12 – “Divulgação de Participações em Outras Entidades” e IAS 27 – “Demonstrações Financeiras Separadas”. São aplicáveis as entidades de investimento, que investem em fundos, exclusivamente para obter retornos de valorização de capital, rendas de investimento ou ambos. Efetivo a partir de 01/01/2014. Os possíveis impactos dessas alterações estão sendo avaliados.

- IAS 19 – “Benefícios a Empregados” – essa alteração exclui a alternativa do uso do método do “corredor”, requer que os ganhos e perdas atuariais sejam lançados em Outros Resultados Abrangentes Acumulados e determina que o custo de juros para o exercício seguinte seja apurado sobre o valor reconhecido no ativo ou passivo. Os possíveis impactos dessas alterações estão sendo avaliados. Efetiva a partir de 01/07/2014.

3. Caixa e equivalente de caixa

	31/03/2014	31/12/2013
Caixa	3	3
Depósitos bancários	6.266	2.950
Total	6.269	2.953

Notas Explicativas

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS informações trimestrais

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

4. Instrumentos de dívida

A composição, por classificação e tipo, dos saldos da rubrica "Instrumentos de dívida" é a seguinte:

		31/03/2014	31/12/2013
Classificação:			
Ativos financeiros disponíveis para venda ^(a)		225.436	173.520
Empréstimos e recebíveis		43.806	63.819
Total		269.242	237.339
Tipo:			
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	Livre	142.763	89.996
Certificados de Depósito Bancário - CDB	Livre	9.831	17.211
Certificados de Depósito Bancário - CDB ^(b)	Vinculado	18.443	18.253
Fundo de Investimento de Renda Fixa ^(c)	Vinculado	15.531	28.355
Letras Financeiras do Tesouro ^(d)	Vinculado	82.674	83.524
Total		269.242	237.339

(a) A partir de julho/13, os Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI's estão sendo classificados como disponíveis para venda, conforme a política interna de Classificação dos Instrumentos Financeiros em Carteira *Trading* e Carteira *Banking*, uma vez que não há mercado para obtenção de ganhos a curto prazo.

(b) Inclui, em 31/03/2014, R\$ 1.271 (31/12/2013 - R\$ 1.240) depositados a título de seguro caução na aquisição de recebíveis, R\$ 3.274 (31/12/2013 - R\$ 3.320) correspondente a recursos de aplicações financeiras vinculadas as securitizações de recebíveis com cláusula de cobertura de patrimônio líquido negativo, R\$ 11.472 (31/12/2013 - R\$ 11.410) vinculados ao pagamento de carteiras de recebíveis adquiridas e cobertura de inadimplências, R\$ 2.426 (31/12/2013 - R\$ 2.283) depositados em garantia de fluxo de recebíveis em operação de securitização, para cobertura de inadimplências em operações estruturadas.

(c) Inclui, em 31/03/2014, R\$ 10.956 (31/12/2013 - R\$ 10.807) correspondente a saldo vinculado para uma possível cobertura de inadimplência, por parte do cedente dos créditos, das séries 212 e 308, R\$ 4.575 (31/12/2013 - R\$ 17.548) restrito ao contrato de linha de crédito com o BID.

(d) Em 31/03/2014 e 31/12/2013, as LFTs estão vinculadas ao restrito contrato de linha de crédito com o BID.

Os instrumentos de dívida apresentam os seguintes vencimentos finais e taxas de remuneração:

Descrição	Taxa	31/03/2014
		Vencimento final
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	5,00% a.a. a 8,20% a.a. + IGPM e, 11,00% a.a. + TR e, de 11,50% a.a. a 30,79% a.a sem indexação.	20/09/2043
Certificados de Depósito Bancário - CDB	87,38% a 102,00% CDI	11/11/2027
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	100,00% SELIC	7/9/2015
Fundo de Investimento de Renda Fixa	96,00% a 102,50% CDI	Não aplicável

Notas Explicativas

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS informações trimestrais

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Descrição	Taxa	31/12/2013
		Vencimento final
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	5,00% a.a a 8,20% a.a + IGPM, 11,00% a.a + TR, 11,50% a.a a 30,79% a.a e sem indexação.	20/09/2043
Certificados de Depósito Bancário - CDB	87,38% a 102,00% CDI	11/11/2027
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	100,00% SELIC	07/09/2015
Fundo de Investimento de Renda Fixa	96,00% a 102,50% CDI	Não aplicável

Qualidade do crédito: Os certificados de depósito bancário e as cotas de fundos de investimento de renda fixa são efetuados junto a bancos nacionais de primeira linha. Os CRIs são considerados, pela Administração, instrumentos de baixo risco de crédito por estarem lastreados em recebíveis imobiliários e, portanto, de boa capacidade de pagamento, dadas características e garantias. Portanto, são todos considerados como ativos de boa capacidade de pagamento.

5. Recebíveis imobiliários

a) Composição

Compreendem carteiras de financiamentos imobiliários e recebíveis de aluguéis adquiridas pela Brazilian Securities, que serão utilizadas como lastro para futuras emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários. A composição, por classificação e tipo, dos saldos da rubrica "Recebíveis imobiliários" é a seguinte:

Classificação:	31/03/2014	31/12/2013
Ativos financeiros para negociação	217.839	201.385
Tipo:		
Recebíveis imobiliários de empresas nacionais	217.839	201.385

b) Detalhes

	Index	Juros % a.a.	31/03/2014	31/12/2013
Tranches 95 e 96 ^(a) ^(b)	TR	8,65%	9.341	10.069
Cédula de Crédito Imobiliário - CCI - BS ^(b)	TR, INCC, IGPM e sem correção monetária	0,00% até 18,33%	208.498	191.316
Total			217.839	201.385

(a) As referidas tranches já foram securitizadas sendo utilizadas como lastro dos títulos registrados na rubrica "Recursos de emissão de títulos", porém sem a transferência integral dos riscos e benefícios, motivo pelo qual permanecem registradas no Balanço Patrimonial, cujo vencimento é 08/09/2027.

(b) Em 31/03/2014, o total de parcelas em atraso há mais de 90 dias dos recebíveis imobiliários é de R\$ 6.348 (31/12/2013 - R\$ 5.876). O vencimento das CCIs são até 26/07/2043.

c) Qualidade do crédito

Os contratos dos recebíveis imobiliários têm cláusula de alienação fiduciária do imóvel objeto. A Administração da Companhia entende que essa garantia é suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes da inadimplência dos mutuários, não sendo, portanto, necessária a constituição de qualquer provisão complementar.

Os recebíveis imobiliários são considerados como ativos de boa capacidade de pagamento, uma vez que são adquiridos apenas se apresentarem características, garantias e históricos de pagamento que demonstrem sua alta probabilidade de realização, para que sejam passíveis de securitização.

Notas Explicativas

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS informações trimestrais

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

6. Outros empréstimos e recebíveis

A composição do saldo da rubrica "Outros empréstimos e recebíveis" é a seguinte:

	31/03/2014	31/12/2013
Serviços prestados a receber	8	30
Transações pendentes de liquidação ^(a)	1.324	2.258
Outros	426	305
Total	1.758	2.593

(a) Correspondem a valores a receber: (i) de transferência de recursos alocados temporariamente em operações de securitização para o pagamento de custas de emissão de série estruturada conforme termo de securitização e, cobertura de *Rating*, (ii) referentes a repasses de taxas de cobrança de contratos cuja a gestão de recebíveis é efetuada pela Companhia e, (iii) pela renegociação da aquisição de contratos de créditos imobiliários junto a empresas não ligadas.

7. Outros ativos

A composição do saldo da rubrica "Outros ativos" é a seguinte:

	31/03/2014	31/12/2013
Adiantamentos para salários e férias	35	69
Adiantamentos para despesas diversas	-	6
Bens não de uso próprio ^(a)	2.740	2.935
Despesas a apropriar	979	837
Total	3.754	3.847

(a) BNDU - Ativos não depreciables recebidos pela Companhia em liquidação total de ativos financeiros, representativos de contas a receber de terceiros, destinados a venda até um ano, mensurados ao custo e reduzidos ao valor de realização com a constituição de provisão para ajuste ao valor recuperável dos ativos, conforme aplicável.

8. Imobilizado

A Companhia não possui imobilizado para uso próprio registrado em seu patrimônio, nem imobilizados arrendados sob a condição de arrendamentos operacionais. Além disso, a Companhia não é parte de nenhum contrato de arrendamento financeiro durante os períodos encerrados em 31/03/2014 e 31/12/2013.

As variações na rubrica "Imobilizado" foram as seguintes:

	31/3/2014	31/12/2013
Custo:		
Saldos no início do período	-	483
Adições/baixas (líquidas)	-	(483)
Saldos no final do período	-	-
Depreciação acumulada:		
Saldos no início do período	-	(393)
Baixas	-	409
Depreciação	-	(16)
Saldos no final do período	-	-
Imobilizado (líquido)	-	-

As despesas de depreciação foram contabilizadas na rubrica "Depreciação", na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS informações trimestrais

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

9. Derivativos

A Companhia adquiriu junto a instituições financeiras, em mercado de balcão, instrumentos financeiros derivativos representados por contratos de "swap". Os referidos "swaps" foram adquiridos com intenção de *hedge* de operações da Companhia. A composição dos valores dos derivativos de negociação é a seguinte:

Em 31/03/2014 e 31/12/2013, as posições dos instrumentos financeiros derivativos são as seguintes:

Valor contábil/ Mercado	31/03/2014	31/12/2013
Derivativos de negociação		
Risco de moeda estrangeira:		
"Swaps" BID ^(a)		
-Diferencial a receber	16.318	26.955
-Diferencial a pagar	(310)	(224)
Total líquido	16.008	26.731

(a) Contratos pactuados como *hedge* econômico cambial (captação com o BID - nota 11).

A seguir, demonstra-se os valores registrados em contas de ativo, passivo e compensação, segregados nas categorias indexador, faixas de vencimento, valores de referência e contábil, a receber e a pagar.

Instrumento/Posição:			31/03/2014	
	Valor de referência (notional)	Valor Contábil	Valor de Custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado
Swap				
Posição ativa:				
- Dólar	204.400	16.318	15.741	577
Posição passiva:				
- Dólar / Libor		(310)	(83)	(227)
31/03/2014				
Vencimento	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	Acima de 360 dias
Swap				
Posição ativa:	-	-	5.609	10.709
Posição passiva:				(310)
31/12/2013				
Instrumento/Posição:	Valor de referência (notional)	Valor Contábil	Valor de Custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado
Swap				
Posição ativa:				
- Dólar	204.400	26.955	27.997	(1.042)
Posição passiva:				
- Dólar / Libor	-	(224)	(197)	(27)

Notas Explicativas

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS informações trimestrais

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Vencimento					31/12/2013
	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	Acima de 360 dias	Total
Swap					
Posição ativa:	-	-	9.714	17.241	26.955
Posição passiva:	-	-	-	(224)	(224)

Os valores de referência e/ou contratuais dos contratos celebrados não refletem o risco real assumido pela Companhia, uma vez que a posição líquida desses instrumentos financeiros decorre da sua compensação e/ou combinação. Essa posição líquida é utilizada pela Companhia principalmente para proteger a taxa de juros ou o risco cambial; os resultados desses instrumentos financeiros são reconhecidos em "Resultado de ativos e passivos financeiros (líquido)" no resultado e aumentam ou compensam, conforme o caso, o resultado do investimento protegido.

Todas as operações de "swap" que compõem a carteira da Companhia foram negociados em mercado de balcão, tendo como contraparte Instituições Financeiras privadas, são registradas na CETIP e sem a existência de margens dadas em garantia.

A apuração do valor de mercado (valor justo) pela Companhia foi efetuada com a participação direta da área de Risco de Mercado, a qual adotou como uma de suas principais premissas a utilização de taxas e índices divulgados pela BM&F, ANBIMA, BACEN e FGV, conforme aplicável. A exposição máxima a eventuais riscos de crédito provenientes de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos corresponde ao valor justo dos referidos instrumentos.

10. Recursos de emissão de títulos

A composição, por classificação e tipo, dos saldos da rubrica "Recursos de emissão de títulos" é a seguinte:

	31/03/2014	31/12/2013
Classificação:		
Passivos financeiros ao custo amortizado	12.160	12.929
Total	12.160	12.929
Tipo:		
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRIs ^(a)	12.160	12.929
Total	12.160	12.929

(a) Os certificados de recebíveis imobiliários - CRIs com vencimento até 01/05/2023, possuem as seguintes características:

	Index	Juros % a.a. senior	Juros % a.a. júnior	31/03/2014	31/12/2013
Séries 95 e 96	TR	6,59	15,63	12.160	12.929
Total				12.160	12.929

Notas Explicativas

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS informações trimestrais

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

11. Obrigações de empréstimos no exterior

A composição dos saldos da rubrica "Obrigações de empréstimos no exterior" é a seguinte:

Classificação:	31/03/2014	31/12/2013
Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado	232.946	238.391
Total	232.946	238.391

Sendo:

BID ^(a)	232.946	238.391
Total	232.946	238.391

(a) Em 2006, a Companhia contratou uma linha de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID de US\$ 75 milhões com taxa de juros de LIBOR acrescida de 2,375% a.a. para financiar a aquisição de instrumentos hipotecários (residenciais e comerciais) e instrumentos de locação comercial, para posterior emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRIs lastreados nestes instrumentos e sua colocação no mercado. Em 2010, a Companhia firmou novo contrato para o mesmo propósito de US\$ 25 milhões com taxa de juros de LIBOR acrescida de 3,80 % a.a.. Em 12 de novembro de 2012, a Companhia e o BID acordaram através de aditamento ao contrato, que o vencimento de ambas as linhas passa a ser em 15 de maio de 2015, e que o pagamento dos correspondentes montantes de principal passa a ser em duas parcelas iguais, sendo a primeira em 15 de novembro de 2014 e a segunda em 15 de maio de 2015. Em 31 de dezembro de 2013, R\$ 87.249 (31/12/2013 - R\$ 101.053) do montante captado (Nota 4) apresentam-se em conta restrita (vinculada). Referidas captações foram classificadas como "outros passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado", pelo fato de estarem protegidas (*hedge*) através de operações de derivativos - *swaps* (Nota 9), que por sua vez também são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Dessa forma, referido procedimento tem como objetivo eliminar eventuais inconsistências de reconhecimento e mensuração do valor justo de ambas as operações - *swaps* (instrumento de *hedge*) e captação com o BID (objeto de *hedge*).

12. Imposto de renda e contribuição social

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	31/03/2014	31/12/2013
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	9.382	45.614
Alíquota efetiva	34%	34%
Encargos/créditos total do imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes	(3.190)	(15.509)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Outros valores	7	7
Receita de imposto de renda e contribuição social do período	(3.183)	(15.502)

b) Origem e movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Saldos em 31/12/2013	Constituição	Realização	Saldos em 31/03/2014
Provisão para contingências cíveis	214	109	-	323
Provisão para contingências trabalhistas	10	-	-	10
Provisão para contingências tributárias	-	1	-	1
uso próprio	130	112	-	242
Ajuste de marcação a mercado de derivativos e empréstimos	9.577	2.156	(1.788)	9.945
Outras provisões	672	30	(672)	30
Variação Cambial	3.829	2.723	(5.460)	1.092
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	14.432	5.131	(7.920)	11.643
Total dos créditos tributários	14.432	5.131	(7.920)	11.643
Obrigações fiscais diferidas	(6.134)	-	4.067	(2.067)
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	8.298	5.131	(3.853)	9.576

Notas Explicativas

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS informações trimestrais

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social:

A projeção da realização do crédito tributário foi elaborada com base no atual plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração em 31/12/2013. O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias forem revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais que os originaram forem compensados.

	Diferenças temporárias	
	31/3/2014	31/12/2013
2014	1.697	4.855
2015	9.946	9.577
Total	11.643	14.432

Em 31/03/2014, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação do Banco PAN, totalizava R\$ 8.796 (31/12/2013 - R\$ 11.050).

d) Obrigações fiscais diferidas:

	Saldos em 31/12/2013	Constituição	Realização	Saldos em 31/03/2014
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos e TVM	(6.134)	-	4.067	(2.067)
Total	(6.134)	-	4.067	(2.067)

13. Passivos fiscais

	31/03/2014	31/12/2013
Provisão para imposto de renda diferido	2.067	6.134
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	4.558	14.059
COFINS a recolher	486	351
PIS a recolher	79	57
Impostos e contribuições sobre salários	213	334
ISS – Impostos sobre serviços a recolher	7	36
Impostos retidos na fonte sobre terceiros	10	28
Outros	26	189
Total	7.446	21.188

Notas Explicativas

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS informações trimestrais

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

14. Outras obrigações

A composição do saldo da rubrica "Outras obrigações" é a seguinte:

	31/03/2014	31/12/2013
Obrigações por aquisições de recebíveis ^(a)	57.452	19.516
Valores a repassar ^(b)	6.556	6.660
Prêmios a pagar ^(c)	-	3.065
Obrigações com fornecedores	648	737
Provisão para contingência ^(d)	982	661
Dividendos a pagar	7.904	7.904
Outras	6.987	2.171
Total	80.529	40.714

(a) Referem-se a valores a pagar pela aquisição de recebíveis imobiliários, com vencimento substancialmente até 11/11/2027, atualizadas por percentuais de 77,50% a 100% do CDI e 12,68% a.a. + IGPM, conforme respectivos contratos.

(b) Referem-se a valores a repassar em virtude de garantia fiduciária recebida, devido a fluxos de recebíveis imobiliários adquiridos, e, recebimentos de créditos imobiliários de carteira de "terceiros" cuja gestão de créditos é efetuada pela Companhia.

(c) Corresponde a provisão de honorários da Diretoria e participação nos Lucros para funcionários, bem como os respectivos encargos.

(d) Refere-se a provisão para contingência cível, conforme nota 27.b.

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia, em 31/03/2014 e 31/12/2013, está totalmente subscrito e integralizado no montante de R\$ 100.229, dividido em 45.845.987 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b) Dividendos

O Estatuto social determina a distribuição de dividendos no mínimo de 25% sobre o lucro líquido anual, após a destinação para reserva legal.

c) Reservas

Do lucro líquido apurado, após eventuais deduções e provisões legais, serão efetuadas as seguintes destinações:

Reserva legal: 5% do lucro líquido, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reserva de capital: De acordo com a legislação societária brasileira, a reserva de capital é composta de ágio pago pela Companhia na subscrição de ações que ultrapassar a importância destinada à formação do capital social. A reserva de capital somente pode ser utilizada para: (1) absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; (2) incorporação ao capital social; ou (3) pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias.

Reservas para expansão: Após a destinação dos dividendos, o saldo remanescente será retido para reinvestimento nas atividades da Companhia, com base em orçamento de capital aprovado pela Administração.

Notas Explicativas

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS informações trimestrais

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

d) Ajustes de avaliação

Os saldos da rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" incluem os valores, líquidos do efeito tributário correspondente, dos ajustes dos ativos e passivos reconhecidos temporariamente no patrimônio líquido, e receitas e despesas reconhecidas até que sejam extintos ou realizados, quando são reconhecidos definitivamente na demonstração do resultado.

16. Receitas com juros e similares

Receitas com juros e similares na demonstração do resultado compõem-se de juros acumulados no período sobre todos os ativos financeiros com retorno implícito ou explícito, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos. A composição dos principais itens de juros e similares auferidos em 31/03/2014 e 31/03/2013 está demonstrada a seguir:

	31/03/2014	31/03/2013
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	2.597	193
Instrumentos de dívida	3.260	58.688
Recebíveis imobiliários ^(a)	15.141	1.972
Variação Cambial ^(b)	16.058	2.965
Total	37.056	63.818

(a) Em 31/03/2014, inclui o lucro apurado na venda de recebíveis imobiliários para o Banco Pan, no montante de R\$ 6.651, em (31/03/2013 - R\$ 654).

(b) Resultado de variação cambial - Empréstimo BID (nota 11).

17. Despesas com juros e similares

Despesas com juros e similares na demonstração do resultado compõem-se de juros acumulados no período sobre todos os passivos financeiros com retorno implícito ou explícito, inclusive remuneração em espécie, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos. A composição do saldo dessa rubrica está demonstrada a seguir:

	31/03/2014	31/03/2013
Obrigações por títulos e valores mobiliários	1.382	5.979
Variação Cambial ^(a)	10.613	-
Total	11.995	5.979

(a) Resultado de variação cambial - Empréstimo BID (nota 11).

18. Benefício residual em operações securitizadas

Inclui resultados gerados pela variação dos saldos dos patrimônios separados, líquidos de eventuais garantias prestadas, das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora, no momento de extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários. O valor em 31/03/2014 é R\$ 1.304 (31/03/2013 - R\$ 764).

19. Receita de prestação de serviços

É composta pelos valores de todas as receitas auferidas pela prestação de serviços acumuladas em favor da Companhia no período. A composição do saldo dessa rubrica está demonstrada a seguir:

	31/03/2014	31/03/2013
Assessoria técnica	345	546
Total	345	546

Notas Explicativas

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS informações trimestrais

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

20. Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)

Os ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (que não são instrumento de patrimônio) são compostos de resultados na alienação e ajustes de avaliação ao valor justo dos instrumentos financeiros, exceto aqueles atribuídos aos juros acumulados como resultado da aplicação do método dos juros efetivos. A composição do saldo dessa rubrica está demonstrada a seguir:

	31/03/2014	31/03/2013
Resultado com operações de derivativos - "swap"	(10.722)	(5.086)
Total	(10.722)	(5.086)

21. Outras receitas (despesas) operacionais

	31/03/2014	31/03/2013
Variações monetárias ativas	21	14
Provisão para contingências ^(a)	(322)	(3)
Reembolso de despesas	33	-
Demais receitas e (despesas) operacionais	19	1.209
Total	(249)	1.220

(a) Inclui despesas com contingência cível, conforme nota 27.b.

22. Despesas com pessoal

	31/03/2014	31/03/2013
Remuneração direta do pessoal chave:		
Honorários da diretoria	438	782
Demais remunerações diretas	1.268	2.201
Custos previdenciários	397	603
Outros custos sociais	175	170
Benefícios	394	375
Treinamento	7	-
Total	2.679	4.131

23. Outras despesas administrativas

	31/03/2014	31/03/2013
Relatórios técnicos	1.083	1.730
Serviços do sistema financeiro	292	612
Tecnologia e sistemas	262	359
Prêmios de seguros	-	104
Aluguéis e condomínios	156	299
Publicidade	113	207
Serviços de terceiros	61	169
Despesas de cartório	139	102
Comunicações	27	89
Despesas de viagem	6	-
Outras despesas administrativas	92	217
Total	2.231	3.888

Notas Explicativas

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS informações trimestrais

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

24. Transações com partes relacionadas

a) Transações com partes relacionadas

As operações e remuneração de serviços entre as empresas do Grupo são efetuadas com valores, taxas e prazos usuais de mercado. As transações com partes relacionadas podem ser resumidas como segue:

	31/03/2014	1º Trim.2014	31/12/2013	1º Trim.2013
	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)
Brazilian Finance & Real Estate S.A. ^(a)				
Valores a pagar ^(b)	(10)	-	-	-
Banco Pan ^(c)				
Depósitos bancários	8	-	1	-
Certificados de Depósito Bancário ^(d)	7.575	268	15.236	1.624
Valores a pagar ^(e)	(2.184)	-	(787)	-
Instrumentos financeiros derivativos ^(f)	6.913	2.002	10.795	-
Cessão de crédito	-	6.651	-	654
PAN Seguros S.A. ^(g)				
Valores a pagar ^(h)	(329)	(15)	(371)	(20)
Banco BTG Pactual Serviços Financeiros S.A.				
Valores a pagar ⁽ⁱ⁾	-	-	(331)	-
Ourinvest Real Estate Holding S.A. ^(j)				
Dividendos a pagar	(7.904)	-	(7.904)	-

(a) Controladora até 31/08/2013.

(b) Reembolso de valores referentes substancialmente a despesas administrativas de uso do espaço em comum, ou seja, principalmente aluguel, condomínio, IPTU e consumo de energia.

(c) Controlador Indireto.

(d) Referem-se a aplicações em certificados de depósitos bancários, as quais são atualizadas pelo percentual de 87,38% a 102,00% do CDI, com vencimento até 11/11/2027.

(e) Referem-se substancialmente a valores recebidos de mutuários diversos referentes a operações de crédito cedidas ao Pan, valores estes que serão repassados ainda em abril/14.

(f) Refere-se a operação de Swap de fluxo de caixa, conforme contrato firmado entre as partes em 15/05/2013.

(g) Ligada.

(h) Os valores a pagar no montante de R\$ 329 (31/12/2013 - R\$ 371) referem-se a provisão a pagar de prêmios de seguros prestamistas e habitacionais sobre as carteiras de crédito administradas pela Companhia, valores estes que foram cobrados dos mutuários e serão repassados a seguradora. Adicionalmente, as despesas referem-se ao seguro de vida em grupo.

(i) Refere-se a despesa pela aquisição de recebíveis imobiliários junto ao Banco BTG Pactual S.A., conforme Instrumento Particular de

Cessão de Créditos Imobiliários e Outras Avenças de 25/05/2012, remunerada a 94% do CDI e com vencimento final em 01/03/2013.

(j) Controladora direta a partir de 31/08/2013.

b) Remuneração da Administração

A remuneração do pessoal chave da Administração está divulgada na Nota 22 e refere-se a benefícios de curto prazo.

Notas Explicativas

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS informações trimestrais

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

25. Gestão de riscos

A gestão e controle dos riscos da Companhia têm suas políticas aderentes às melhores práticas de mercado e está em linha com as diretrizes definidas pelos Órgãos reguladores. Foram estabelecidas políticas e procedimentos e implantado um sistema de gestão de riscos capaz de identificar, mensurar, gerir, avaliar, controlar e mitigar os riscos inerentes aos seus negócios, proporcionando à Diretoria Executiva uma visão de todos os riscos incorridos, esperados e não esperados.

As políticas de gestão de riscos são destinadas a suportar a formulação do apetite ao risco, guiar os colaboradores e constituir procedimentos para monitorar, controlar, dimensionar, avaliar e reportar os riscos à Diretoria Executiva. A Companhia revisa e atualiza regularmente suas políticas e sistemas de gestão de riscos de forma a refletir mudanças no ambiente, fatores internos e externos, nos mercados e produtos e a condução de melhores práticas.

i. Governança e responsabilidade sobre riscos

A estrutura de Governança do Conglomerado tem por objetivo monitorar, aprimorar e recomendar ao Conselho de Administração e à Diretoria, os princípios, diretrizes e melhores práticas de governança corporativa e de gestão de riscos. A estrutura tem a responsabilidade de definir, gerir e atestar a aderência aos Códigos de Ética e de Boas Condutas; avaliar possíveis conflitos de interesses; adotar estratégias e medidas voltadas à difusão desses Códigos do Conglomerado, bem como direcionar casos de violação à análise e decisão pela área competente; resolver dúvidas quanto à interpretação dos Códigos de Ética e de Boas Condutas e das Políticas de Divulgação e de Negociação.

Para o gerenciamento e controle dos riscos, o Conglomerado tem instituído o Comitê de Gestão Integrado de Riscos e Alocação de Capital, que valida políticas e aprova processos e atividades nas Empresas que constituem o Conglomerado, para o gerenciamento dos riscos de Mercado e Liquidez, de Crédito, de Alocação de Capital e Operacionais. Trata-se de um fórum multidisciplinar com representantes da Diretoria e Alta Administração e tem entre suas principais atribuições: analisar e aprovar as principais políticas, diretrizes, metodologias, ferramentas e limites, assim como aprovar os relatórios gerenciais relativos à gestão e controle dos riscos.

ii. Modelos de mensuração de risco

A mensuração dos riscos de mercado é segregada de acordo com a alocação em carteira de negociação (*trading*) ou não negociação (*banking*), conforme os critérios de classificação de operações descritos na Resolução nº 3.464, de 26 de junho de 2007, do CMN e na Circular nº 3.354, de junho de 2007, do BACEN. A carteira *trading* engloba todas as operações destinadas à negociação para obtenção de lucro a partir de variações dos preços de mercado destas operações, assim como as operações destinadas ao *hedge* das mesmas. A carteira *banking*, por sua vez, abrange as demais operações não classificadas na carteira *trading* ou seja, aquelas provenientes das linhas de negócios e seus respectivos *hedges*, destinadas ao carregamento até seus respectivos vencimentos.

Para mensuração dos riscos de mercado na Carteira *trading*, faz-se o uso de algumas medidas que se complementam, buscando apresentar uma visão completa do espectro de exposições contratadas. São elas:

- **VaR (Value at Risk)** paramétrico linear: é uma medida estática que demonstra a perda máxima esperada, a um nível de confiança de 99%, dentro de horizonte de 1 dia;
- **Expected shortfall**: é uma medida que estima a perda esperada média quando o VaR é violado, supondo uma distribuição normal de retornos;
- **Teste de Estresse**: é uma técnica complementar ao VaR, onde se avaliam os impactos históricos de mercado sobre a atual carteira de *trading*. A metodologia abrange os Testes de Estresse com e sem rompimentos de premissas. O primeiro assume condições históricas de comportamento de mercado. O segundo assume que os piores cenários para cada fator de risco podem ocorrer concomitantemente e desconsidera as relações lógicas entre ativos.

• **Stop Loss**: é o montante máximo de prejuízo teórico não realizado, estabelecido pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, que um portfólio classificado em *trading* pode atingir.

• **Análise de sensibilidade**: mede o efeito do movimento das curvas de mercado e dos preços sobre as posições da carteira. Esta análise é uma avaliação estática da exposição da carteira, não considera a dinâmica de reação da gestão de risco.

O risco da carteira de *banking* é mensurado pelo seguinte modelo:

• **RBAN**: modelo interno de mensuração de risco baseado nas diretrizes do documento "Principles for the Management and Supervision of Interest Rate Risk" do BIS (2004), que leva em consideração a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição.

iii. Análise de sensibilidade

A seguir, demonstramos o quadro de sensibilidade, das posições consolidadas por fator primitivo de risco de mercado dos instrumentos financeiros de responsabilidade do Conglomerado.

Notas Explicativas

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS informações trimestrais

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Fatores de Risco	Carteira <i>Trading</i> e <i>Banking</i> Exposições sujeitas à variação:	Cenários		
		(I) Provável	(II) Possível	(III) Remoto
Taxas de Juros (Pré)	Taxas de juros pré fixadas	-	(34.973)	(40.533)
Cupom de Índices de Preços	Taxas dos cupons de Índices de Preços	(237)	(34.137)	(63.844)
Cupom de Outras Taxas de Juros	Taxas dos cupons de outras taxas de juros	(12)	(2.876)	(5.195)
Moeda Estrangeira	Cambial	(835)	(20.869)	(41.738)
Cupom Cambial	Taxas dos cupons de dólar	(9)	(243)	(493)
Total em 31/03/2014		(1.093)	(93.098)	(151.803)

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos dados de mercado no fechamento do último dia útil do mês, sendo considerados sempre os impactos negativos nas posições para cada vértice/vencimento. Os efeitos desconsideram a correlação entre os vértices e entre os fatores de risco, assim como possíveis impactos fiscais. Os impactos financeiros mostrados refletem o resultado gerencial das variações dos fatores de risco no valor econômico do portfólio e não acarretam necessariamente desembolsos financeiros ou ajustes a valor de mercado, visto que as exposições *banking* representam um percentual relevante da carteira.

Os cenários utilizados foram definidos conforme o disposto na Instrução CVM nº 475, de 17/12/2008:

Cenário I: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices/prazos (deslocamento vertical das curvas). Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 10,01% a.a. ou 9,99% a.a. Para os fatores de risco *spot*, foi considerado um choque de 1% em relação à última cotação vigente no mercado.

Cenário II: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 12,50% a.a. ou 7,50% a.a. Para os fatores de risco *spot*, foi considerado um choque de 25% em relação à última cotação vigente no mercado.

Cenário III: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 15,00% a.a. ou 5,00% a.a. Para os fatores de risco *spot*, foi considerado um choque de 50% em relação à última cotação vigente no mercado.

É importante ressaltar que os resultados dos cenários (II) e (III) se referem a simulações que envolvem fortes situações de stress, não sendo considerados fatores de correlação entre os indexadores. Desta forma, tais resultados não refletem os efeitos de eventuais choques de mercado, uma vez que não levam em conta as correlações entre diferentes fatores de risco ou as ações que seriam tomadas pela Companhia para reduzir tais riscos.

iv. Risco de mercado

Refere-se à possibilidade de perdas associadas à oscilação de taxas, descasamentos de prazos e moedas das carteiras ativas e passivas da Companhia. Esses riscos são gerenciados diariamente para a carteira *trading* e mensalmente para a carteira *banking* por meio de metodologias aderentes às melhores práticas.

As operações estão expostas a riscos do mercado imobiliário, sendo os principais fatores primitivos de risco de mercado:

- Taxas de juros: os riscos de taxas de juros decorrem da precificação de ativos e passivos em momentos distintos, bem como de oscilações inesperadas na inclinação, curvatura e/ou convexidade das estruturas a termo vigentes no mercado e de alterações nas correlações entre diferentes taxas de juros.
- Índice de preços: riscos de oscilação nas estruturas a termo de cupons de índices de preços como, por exemplo, o Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) bem como oscilação do seu próprio índice.
- Taxas de Câmbio e Cupons Cambiais: riscos cambiais decorrem da titularidade de ativos e passivos denominados ou indexados a moedas estrangeiras. A Companhia administra sua exposição cambial objetivando ajustar os descasamentos entre ativos e passivos.

Notas Explicativas

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS informações trimestrais

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

v. Risco operacional

O Conglomerado adota e define risco operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, incluindo o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, às sanções, em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.

A Companhia reconhece a importância e a necessidade de gerenciar adequadamente seus riscos operacionais e vem empenhando esforços e investimento visando implementar medidas que permitam a adequada identificação, avaliação, controle, mitigação, monitoramento e reporte dos riscos, considerando as mudanças nos processos, nos sistemas, nas instalações e nas pessoas, e o atendimento do Acordo de Basiléia, dos normativos publicados pelo Banco Central do Brasil, pela Comissão de Valores Mobiliários e pela Superintendência de Seguros Privados.

O Conglomerado conta com uma estrutura organizacional independente e responsável pelo gerenciamento e controle dos riscos operacionais, denominada Gerência de Riscos Operacionais (RO) subordinada à Gerência Executiva de Controles Internos, Compliance e Riscos Operacionais (CICRO), que abrange também a Brazilian Securities.

O objetivo da Gerência de RO é, por meio das análises qualitativas e quantitativas das perdas por RO capturadas, determinar as causas efetivas que vem provocando os erros e falhas operacionais e, coordenar, junto aos gestores das áreas, as ações para: redução e mitigação das perdas financeiras por RO; melhorias nos processos; aperfeiçoamento dos controles internos; e recuperação de recursos pagos a maior ou em duplicidade.

Cabe a Gerência de Riscos Operacionais:

- Identificar, avaliar, controlar, monitorar e reportar os riscos operacionais em todas as atividades e processos de negócios e de suporte do Conglomerado;
- Elaborar e propor, no mínimo anualmente, ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital a Política de Gerenciamento e Controle dos Riscos Operacionais;
- Propor alternativas de mitigação dos riscos operacionais, em conjunto com os gestores dos processos de negócios e de suporte;

Notas Explicativas

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS informações trimestrais

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

- Identificar previamente o risco operacional inerente a novos instrumentos financeiros, produtos e operações, analisando as adequações necessárias aos procedimentos e controles internos adotados pelo Conglomerado; e
- Disseminar a cultura proativa para o adequado e eficaz gerenciamento dos riscos operacionais no Conglomerado.

Com o intuito de envolver todos os colaboradores do Conglomerado, por meio da Política de RO, da difusão da cultura de gerenciamento dos riscos e da formação e treinamento, a Gerência de RO considera uma atuação compartilhada no controle do Risco Operacional, na qual todos os funcionários e gestores responsáveis pelas áreas de negócio e/ou de suporte, devem assegurar a conformidade de seus processos e reconhecer de forma oportuna e tempestiva a exposição aos riscos a que as atividades estão sujeitas, e estabelecer, aplicar e gerenciar seus respectivos controles internos e planos de ação, objetivando mitigar os riscos operacionais e corrigir as deficiências.

Os riscos operacionais relacionam-se às perdas esperadas e/ou inesperadas do Conglomerado, em virtude da possibilidade de ocorrência de falhas ou inadequações em sistemas, práticas e medidas de controle serem incapazes de resistir a erros humanos, a deficiência da infraestrutura de apoio, a falhas de modelagem, de serviços ou de produtos, e às mudanças no ambiente externo.

Os eventos e perdas materializadas por riscos operacionais são capturados, por meio de arquivos específicos ou de um formulário padrão, e enviados, pelos gestores, à Gerência de RO, que analisa e valida às informações encaminhadas, as causas dos eventos e os respectivos planos de ação, para mitigar futuros eventos de mesma natureza. Depois de efetuada a análise e a validação dessas informações, a Gerência registra-as em uma base para acompanhamento, para emissão de relatórios, para futuros estudos de melhorias nos processos e nos controles internos e para constituição dos dados históricos, que serão utilizados para criação dos modelos internos de riscos operacionais.

A gestão e o controle dos Riscos Operacionais e dos Controles Internos estão baseados em dois enfoques:

Qualitativo: atividade de responsabilidade da Gerência de Controles Internos, consiste principalmente de atividades de descrição dos processos e identificação e avaliação qualitativa dos riscos operacionais e controles internos existentes.

O mapeamento de riscos e controles internos está sendo realizado aplicando as definições e práticas de mercado, por meio das seguintes ações:

- Análise dos normativos e MPP – Manuais de Processos e Procedimentos;
- Entrevista com os responsáveis dos processos ou representantes para levantamento, validação e reconhecimento do fluxo do processo;
- Registro descritivo dos processos;
- Identificação, Análise, Classificação e Avaliação dos Riscos e Controles Internos existentes, em conjunto com o gestor/representante; e
- Elaboração da Matriz de Riscos e Controles, onde se refletem os riscos residuais, assim como sua avaliação qualitativa e quantitativa. Estes riscos residuais quantificados, caso excedam o limite de riscos, devem ser implementados planos de ação para reduzir a exposição aos riscos.

Posteriormente, a matriz de Riscos e Controles será complementada e certificada com as perdas por riscos operacionais, capturadas e inseridas na Base de Dados Histórica de Perdas por Riscos Operacionais, para uma melhor identificação e mitigação dos riscos operacionais considerados acima do apetite de riscos para o Conglomerado.

Quantitativo: atividade de responsabilidade da Gerência de RO, refere-se ao desenvolvimento, implementação e manutenção de processos para a criação de uma base de perdas por riscos operacionais. A criação de uma Base de Dados Histórica de Perdas por Riscos Operacionais (BDHPRO) tem o objetivo de registrar as informações relativas às perdas, com a finalidade de prover o Conglomerado de informações consistentes, padronizadas e atualizadas, além de ser extremamente importante para desenvolver uma análise quantitativa da mensuração dos riscos operacionais, permitindo uma avaliação quanto ao impacto e a probabilidade de ocorrência.

vi. Risco de crédito

Risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da redução de ganhos ou remunerações, de vantagens concedidas na renegociação e dos custos de recuperação.

O processo de tomada de decisões garante agilidade e foco nas ações de crédito, levando em consideração oportunidades de negócios e mudanças de cenários. A prioridade tem sido balancear o crescimento do volume de ativos e a maximização da relação de risco/retorno. Para isso, a Companhia possui uma área independente para o gerenciamento de risco de crédito, seguindo as melhores práticas de governança.

Todas as operações envolvendo pessoas físicas ou pessoas jurídicas são obrigatoriamente apresentadas para a devida aprovação.

Notas Explicativas

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS informações trimestrais

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

As aprovações de uma operação levam em conta, principalmente, a verificação da capacidade de pagamento dos clientes pessoas físicas, e no caso de pessoas jurídicas, principalmente as condições/viabilidade do empreendimento objeto da operação, bem como as garantias oferecidas. A viabilidade de um empreendimento é constatada por um estudo de viabilidade, desenvolvido por empresa especializada, sendo que as liberações são realizadas de acordo com o cronograma da obra, sempre através do reembolso do percentual já executado. A formalização interna para as liberações de recursos é aprovada pelo diretor responsável pela operação, ou na ausência deste, por um diretor estatutário.

São realizados controles e acompanhamentos dos respectivos processos, restrições e limites estabelecidos, além da análise dos riscos e submissão às alçadas e aos comitês aprovadores.

vii. Risco de liquidez

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e ainda, a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade nos mercados.

São realizados acompanhamentos constantes da situação de liquidez, dos descasamentos entre os fatores de risco primários, taxas e prazos dos ativos e passivos da carteira.

A Companhia mantém níveis de liquidez adequados, resultante da qualidade dos seus ativos, e do controle do risco, em consonância com a política de Risco de Mercado e Liquidez estabelecidas para a Companhia, adotando como instrumentos de gestão, projeções de liquidez de curto, médio e longo prazo; limites de risco e plano de contingência de liquidez.

viii. Gerenciamento e alocação de capital

A abordagem de gerenciamento de capital da Companhia é orientada por suas estratégias e pelas necessidades organizacionais, levando em conta o ambiente econômico e de negócios em que opera.

As responsabilidades pela alocação de capital cabem à Diretoria Executiva, que mantém a disciplina sobre suas decisões de investimento, ou seja, onde a Companhia aloca o seu capital, visando garantir com que os retornos sobre os investimentos sejam adequados aos seus custos de capital.

O capital é gerenciado para suportar o crescimento planejado dos negócios e para cumprir com os requerimentos regulatórios no âmbito do plano anual de capital aprovado pela Companhia.

26. Eventos subsequentes

Não houve evento subsequente passível de divulgação, no âmbito do CPC 24 - Evento subsequente.

27. Outras informações

a) Valor justo de ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Os ativos financeiros de propriedade da Companhia são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial, exceto empréstimos e recebíveis.

No mesmo sentido, os passivos financeiros da Companhia - exceto os passivos financeiros para negociação e os mensurados ao valor justo - são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial.

Notas Explicativas

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS informações trimestrais

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Ativos e Passivos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos financeiros da Companhia mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos no final do período:

Ativo	31/03/2014		31/12/2013	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e recebíveis: ^(a)				
Instrumentos de dívida (nota 4)	43.806	43.806	63.819	63.819
Benefício residual em operações securitizadas (nota 27.f - III)	12.595	12.595	13.158	13.158
Outros empréstimos e recebíveis (nota 6)	1.758	1.758	2.593	2.593
Total	58.159	58.159	79.570	79.570

(a) Ainda que esses ativos não estejam sujeitos a marcação a mercado, seus saldos contábeis representam substancialmente os respectivos valores justos.

Passivo	31/03/2014		31/12/2013	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Passivos financeiros ao custo amortizado:				
Recursos de emissão de títulos (nota 11) ^(a)	12.160	12.160	12.929	12.929
Total	12.160	12.160	12.929	12.929

(a) Os valores justos calculados foram baseados nos fluxos descontados utilizando taxas de mercado de prazos equivalentes e considerando risco de crédito das emissoras.

b) Ativos e passivos contingentes

Em 31/03/2014 e 31/12/2013, a Companhia possui registrada uma provisão para passivos contingentes referente a processos de natureza cível cuja probabilidade de perda é provável, conforme demonstrado a seguir:

	31/03/2014	31/12/2013
Saldo inicial	428	425
Constituições liquidas de reversões e baixas ^(a)	322	3
Saldo final	750	428

(a) Refere-se a processos de natureza cível, os quais os autores pleiteiam substancialmente rescisão/revisão de contrato de compra e venda de imóvel e o passivo trabalhista de R\$ 30.

Adicionalmente, em 2014, a Companhia possui processos cuja expectativa de perda está enquadrada como possível, portanto não provisionados, envolvendo o montante de R\$ 180 (31/12/2013 - R\$ 187) de natureza cível, sobre questões diversas de responsabilidade cível.

c) Ativo intangível

Em 31/03/2014, inclui *software* que está em fase de desenvolvimento. Corresponde a programa de gestão de ativos.

d) Medida Provisória nº 627

Em 11/11/2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que altera a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A referida MP 627/13 dispõe, entre outros assuntos, sobre a revogação do Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27/05/2009.

Considerando-se que a referida MP 627 possui um número relevante de emendas propostas e que a Receita Federal do Brasil deverá, de acordo com a mesma MP, disciplinar diversas matérias é possível que algumas das suas disposições sejam alteradas e/ou esclarecidas. Em uma avaliação preliminar, não haverá impactos relevantes para a Organização.

Notas Explicativas

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS informações trimestrais

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

José Luiz Acar Pedro

Vice-Presidente

Leandro de Azambuja Micotti

Membro Efetivo

Paulo Alexandre da Graça Cunha

DIRETORIA

Presidente

José Luiz Acar Pedro

Vice-Presidente

Jose Luiz Trevisan Ribeiro

Diretor RI

Eduardo Nogueira Domeque

Diretor

George Demetrius Nicolas Verras

Diretor

Frederico Pessoa Porto

CONTADOR

Gregório Moreira Franco

CRC 1SP219426/O-2

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais



Uma Empresa do Grupo PAN

COMENTÁRIO SOBRE O COMPORTAMENTO DAS PROJEÇÕES EMPRESARIAIS – 1T14

CENÁRIO ATUAL

A economia brasileira vem apresentando sinais de pouco crescimento, refletidos nas perspectivas de crescimento para 2014. O mercado imobiliário, pela importante característica que tem como gerador de empregos, desempenha um papel importante no processo de retomada do crescimento do país, sendo objeto de programas estratégicos do governo federal, como o programa “Minha Casa Minha Vida”. Neste contexto, os mecanismos de captação de recursos para o mercado imobiliário (Fundos de Investimento Imobiliário, Certificados de Recebíveis Imobiliários, etc), trazem ao investidor alternativas de aplicações de longo prazo, com rentabilidades muito atraentes, quando comparadas às tradicionais alternativas do mercado financeiro e, principalmente, com a segurança dos ativos imobiliários. Adicionalmente, estes investimentos de renda fixa oferecem isenção de imposto de renda para alguns investidores.

A alienação fiduciária encontra-se cada vez mais sedimentada, mostrando-se um instrumento extremamente seguro como garantia real de operações imobiliárias. Ela traz agilidade nas demandas para a retomada de imóveis em caso de inadimplência, constituindo-se em poderoso estímulo ao crédito, além de trazer conforto e segurança ao investidor em Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRIs, recursos estes que são canalizados novamente para a atividade produtiva, possibilitando o desenvolvimento do mercado secundário destes papéis. Este mercado cresce fortemente ano a ano, e a perspectiva para 2014 é de que esse mercado atrairá maior volume de recursos e possibilitará, no futuro, uma redução nas taxas de juros deste mercado, trazendo maior número de consumidores.

A Brazilian Securities Companhia de Securitização (“BS” ou “Companhia”), além de manter sua política de aquisição de recebíveis residenciais, para conseqüentes emissões de CRIs pulverizados, procura também atender à demanda por operações estruturadas, lastreadas por créditos imobiliários, que utilizam os CRIs como forma de financiamento. O crescimento deste modelo, desde 2006, gerou maiores receitas, com efeitos imediatos nos resultados da BS. Cabe destacar o volume de emissões de CRIs da BS durante o primeiro trimestre de 2014, que foi de R\$ 57.389 mil.

A Companhia mantém com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) um contrato de abertura de linha de crédito, no valor de US\$ 100 milhões, para financiar a aquisição de recebíveis imobiliários para posterior emissão de CRIs. Esta linha vem sendo utilizada para atender às condições do mercado, buscando uma composição mais equilibrada entre recebíveis residenciais e comerciais, e demonstra o ótimo relacionamento entre a Companhia e o BID, e a importância que este Banco dá ao crescimento do mercado de securitização no Brasil. Em 31 de março de 2014, a Companhia estava utilizando os US\$ 100 milhões.

O aquecimento do mercado imobiliário tende, no médio prazo, a produzir um montante expressivo de recebíveis por parte dos incorporadores, que necessitando de recursos para novos projetos, já demonstram a intenção de vender tais créditos. O mercado de securitização se beneficiará desta tendência, aumentando seu volume. Além deste aspecto, os grandes bancos já estão securitizando suas carteiras de crédito imobiliário como estratégia de “funding” de curto prazo. Desta forma, o mercado de securitização já demonstra seu potencial no curto e médio prazo. A BS, por estar atuante desde 2000, possui a expertise necessária para aproveitar os fatores positivos atuais, e dar continuidade à sua trajetória de crescimento.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas

Brazilian Securities Companhia de Securitização

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Brazilian Securities Companhia de Securitização ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 –Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações

intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente o período de três meses findo em 31 de março de 2014, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 05 de maio de 2014

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva

Contador CRC 1SP197007/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria da BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO declara que discutiu, reviu e concordou com às informações trimestrais referente ao trimestre findo em 31/03/2014.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria da BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO declara que discutiu, reviu e concordou com a conclusão expressa no relatório dos auditores independentes referente às informações trimestrais do trimestre findo em 31/03/2014.